

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA 17MAR2011**

**Pauta:** Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** (19h15min) Boa-noite a todos. Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Passemos à leitura do Edital. O Sr. José Luis Espíndola Lopes, mestre de cerimônias, está com a palavra.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes):** Procederei à leitura do Edital de Convocação para esta audiência pública (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no Município. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 17 de março de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Av. Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados nos horários de pico, no Município de Porto Alegre. Gabinete da Presidência, 25 de fevereiro de 2011”.

Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública: Sr. Vanderlei Cappellari, Diretor Presidente da EPTC; Sr. Gilberto da Costa Rodrigues, representante da SETCERGS; e o Ver. André Carús.

Prestigiam esta audiência pública os Srs. Vereadores Bernardino Vendruscolo, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, André Carús; o Sr. Otacílio Júnior da Rosa Nunes, representante do DEP; os Srs. Vereadores Paulo Coradini, Neudi José Colombo, da Câmara Municipal de Panambi; Sr. Daniel Kieling, Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Lindóia; Sr. Eduardo Rava, representante do DMLU; Sr. Sidnei Viapiana da Silva Júnior, representante da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico.

O Ver. Mario Fraga, Presidente desta audiência pública, está com a palavra.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Sejam todos bem-vindos. Estamos aqui com muito orgulho representando a Presidente da Casa, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que teve outros compromissos e me solicitou que presidisse este trabalho. Com muito orgulho, porque, na mesma qualidade do Ver. André Carús, eu também sou suplente nesta Casa, então, fico contente em estar presidindo os trabalhos desta Audiência Pública, neste momento.

Há uma sistemática, para quem está nos visitando pela primeira vez, para iniciarmos os trabalhos. Haverá o pronunciamento inicial do proponente, Ver. André Carús, por dez minutos. Também abrimos a palavra, neste primeiro momento, para o Executivo, na pessoa do Sr. Vanderlei Cappellari, Presidente da EPTC, se assim desejar, e depois passaremos a palavra aos inscritos. As inscrições das comunidades poderão ser feitas com a Diretoria Legislativa. Serão dez inscrições para entidades civis ou empresas privadas para se pronunciarem, por cinco minutos, sobre o Projeto. Logo após teremos a intervenção dos Vereadores presentes, aos quais já saúdo: Idenir Cecchim, Bernardino Vendruscolo e João Carlos Nedel. Há meia hora encerraram-se os trabalhos da Sessão Plenária, e os demais Vereadores foram para as suas comunidades, cumprir outros compromissos.

O Ver. André Carús, proponente desta audiência pública, está com a palavra.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Primeiro, queria cumprimentar o Ver. Mario Fraga que, com muita honra, preside os trabalhos desta Audiência Pública. Cumprimentar também os demais Vereadores Idenir Cecchim e Bernardino Vendruscolo, do meu Partido, PMDB; João Carlos Nedel, da Bancada do PP; também as autoridades presentes; o Sr. Vanderlei Cappellari, Diretor-Presidente da EPTC; o Sr. Gilberto Rodrigues, que representa o SETCERGS; demais representações do Governo, e as comunidades presentes.

Esse tema, que, na verdade, não tem outro significado senão a regulamentação da circulação de caminhões e veículos pesados, a exemplo daquilo que já vem sendo aplicado em outras capitais ou cidades de grande porte do nosso País, é um tema que se constitui num grande desafio dos principais centros urbanos do Brasil. Obviamente que, ao abordarmos esse tema, não se pretende de forma alguma criar uma responsabilidade única, por uma menor fluidez no trânsito ou pelo excesso de congestionamentos, a essa espécie de veículos. Muito antes pelo contrário. O enfrentamento e a discussão sobre esse tema nada mais são do que a construção de alternativas a um trânsito que se

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

apresenta cada vez mais caótico. E esse trânsito caótico tem uma série de fatores que justifica essa situação. Talvez o principal fator dessa situação seja o crescimento registrado nos últimos anos da frota de veículos nas capitais. E aí as razões nós conhecemos: facilidade do crédito, o acesso facilitado à aquisição de um veículo com relação a anos anteriores, e também a necessidade que muitas vezes as pessoas têm de ter o seu próprio veículo, uma vez que a sua demanda não é atendida ou não é tão qualificada quando essa pessoa tem a necessidade de só utilizar o transporte coletivo.

Quando estávamos, aqui, no mês de junho, exercendo o mandato nesta Casa, e hoje estamos atuando na Secretaria Adjunta do Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal, protocolamos essa proposta também acolhendo um debate e uma discussão que já vinha sendo feita de muito tempo, liderada pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Lindóia, em conjunto com outras entidades e outras comunidades da Região da Zona Norte de Porto Alegre, aqui representada a AMAL pelo Sr. Daniel Kieling, Presidente, que certamente depois irá se pronunciar a respeito.

Então, apropriando-nos desse debate, tentamos estabelecer um padrão que possibilitasse o protocolo desse Projeto de Lei. Sabedores da necessidade desse Projeto enfrentar um debate sério e democrático nesta Casa, nós, em dezembro desse ano, novamente exercendo mandato nesta Casa, fizemos um Requerimento junto à Mesa Diretora para que, ao longo deste ano de 2011, então, promovesse esta Audiência Pública, e nós aprofundássemos esta discussão. Nesse decorrer, o Projeto já enfrentou o exame das Comissões. No seu primeiro exame legal, que foi a análise quanto ao seu aspecto constitucional, a CCJ deu Parecer favorável, relatado pelo Ver. Pedro Ruas. Quando encaminhado à Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR –, o Ver. João Carlos Nedel, do PP, entendeu que deveria dar Parecer contrário à matéria. Por fim, enfrentando a última Comissão à qual foi designado, a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB –, o Ver. Paulo Marques, então, exarou um Parecer favorável.

Apenas para situar em que situação se encontra o Projeto: vencidas essas etapas, o Projeto já está na Ordem do Dia, aguardando apenas que os Líderes e a própria Mesa, tão logo entendam essa discussão estar madura na Cidade, coloque o Projeto aqui em votação e à apreciação do Plenário da Casa, para ser apreciado da maneira mais adequada e com um debate o mais aprofundado possível.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Nós acreditamos, sim, que os congestionamentos, de um modo geral, hoje, muito mais do que o simples fato de provocar o conhecido “arranca e para”, eles são provocadores de inúmeras situações desagradáveis que em muito afetam a qualidade de vida das pessoas. Os congestionamentos, no Brasil, são um dos fatores que mais causam conflitos humanos e geram processos inúmeros de lesões corporais e agressões físicas entre os condutores dos diferentes veículos. Os congestionamentos também são causadores absolutos de prejuízos econômicos consistentes, uma vez que o trabalhador, quando se desloca, nas primeiras horas da manhã, para o seu local de trabalho, muitas vezes, com seu veículo próprio, ou também como usuário do transporte coletivo, ele acaba refém do congestionamento e, talvez, dependendo da organização do seu trabalho, seja ele no setor público ou privado, não bate o ponto, e não há o que o faça compensar isso. A jornada de trabalho, inclusive, compreende esse deslocamento da residência do trabalhador até o seu local de ofício. O congestionamento, enquanto as obras viárias não virão do dia para a noite, precisa de alternativas viáveis. A própria EPTC, indiretamente sensível a esse tema, ainda no ano passado, anunciou a pretensão de se estabelecer uma regulamentação à circulação desses veículos pesados no Centro Histórico e também nos bairros Cidade Baixa e Moinhos de Vento. Felizmente, de lá para cá, a EPTC avançou, diante desse compromisso assumido no final de 2010, e, a partir de uma discussão muito importante, estabeleceu um diálogo com o Cetergs, estabeleceu um diálogo com o ramo, com a atividade econômica que será afetada com uma medida dessa natureza. Ao estabelecer esse diálogo, construiu uma alternativa viável que, no primeiro semestre deste ano, já será aplicada ao Centro Histórico, que é a regulamentação, nos dias úteis, das 7h da manhã às 19h da noite, uma proibição de circulação de caminhões com uma tonelagem já definida e, nos sábados, das 7h da manhã às 14h da tarde.

O que o nosso Projeto em verdade pretende é estabelecer que, nos horários de pico, naquelas horas mais críticas em que as pessoas utilizam as diferentes vias da Cidade, ele possa ser um pouco mais flexível, e o texto original do nosso Projeto prevê que deve ser regulamentada a circulação de caminhões e veículos pesados nas vias arteriais que possuam até três faixas de circulação em horários determinados, quais sejam: das 8h às 9h30min da manhã, e das 17h30min às 19h, ou seja, os horários que, notadamente, são conhecidos aqui de todos nós como os mais críticos e os que mais provocam volumes e índices de congestionamento na nossa Cidade. Trata-se de uma proposição que não é

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

intransigente na sua restrição; muito pelo contrário, existe todo um período longo e muito superior até do que é aplicado, por exemplo, em Curitiba, na Zona Verde; em São Paulo, em regiões predefinidas; em Diadema, que é uma metrópole do Estado de São Paulo; em Belo Horizonte, existe todo um período enorme de horário definido para que, exatamente, não seja prejudicada a atividade econômica dos transportadores e daqueles que também têm que abastecer todos nós e a população, todos aqueles estabelecimentos comerciais que dependem diretamente dessa atividade, para que possam, enfim, contribuir dentro das suas atividades.

Então, muito mais do que enfrentar um tema considerado por alguns extremamente polêmico e por outros extremamente necessário, visto por muitos como uma alternativa viável de iniciarmos uma discussão e uma aplicação de medidas para que Porto Alegre tenha, finalmente, um trânsito mais fluido, eu acredito que nós possamos enfrentar esse tema com muita responsabilidade. Não há espaço mais legítimo para o debate de situações como essa, de temas urbanos dessa importância, do que a Câmara Municipal. É a Câmara Municipal que concentra a representação, no nosso sistema democrático, ao possibilitar a adversidade de uma discussão como esta.

Então, eu acredito que nós, desta Audiência, possamos, quem sabe, ainda que a proposta já esteja em Ordem do Dia, estabelecer um novo canal de diálogo – ou o canal de diálogo – que a própria EPTC liderou com relação ao Centro Histórico, no que diz respeito aos transportadores. Muitas vezes – e lembro de quando nós protocolamos o projeto, lá em junho do ano passado –, coincidiu com a abertura da Transpo-Sul, e, na abertura da Transpo-Sul, houve uma série de manifestações no sentido de contrariar o Projeto, o que é muito bom, até porque era o início daquele debate, quando nós fizemos o protocolo. De lá para cá, ele evoluiu. Então, eu acho até que nós estamos também numa questão de coerência com aquilo que a Cidade quer, se nós desejamos não só um trânsito que ande mais rápido, mas também um trânsito que tenha maior fluidez, que não coloque em risco a qualidade de vida das pessoas e que permita que as pessoas possam cumprir, honrar os seus compromissos. Dentro desse debate da regulamentação da circulação dos veículos pesados e dos caminhões, outras tantas alternativas que vêm sendo tratadas aqui na Câmara, ou pela própria Prefeitura, ou por todas as comunidades também compõem esse rol. A questão do metrô é uma delas, o próprio debate acerca das ciclovias também é outra, e também há a possibilidade de se criar alternativas de

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

sustentabilidade ao trânsito para que se vença essa visão de que só o carro tem vez no trânsito, mas nós estamos aqui num debate específico sobre esse PL, que trata da regulamentação da circulação dos veículos pesados e dos caminhões nestas vias arteriais. Se nós já temos a previsão de que essa medida, ainda no primeiro semestre, com um período de restrição muito superior àquela que está colocado no Projeto, vá ser aplicada no Centro Histórico, nós podemos também aqui, com responsabilidade, com absoluta maturidade nessa discussão, fazer com que isso se estenda até as vias arteriais, que são aquelas vias que compreendem os quatro pontos cardeais da Cidade, que estão estranguladas, é verdade. Não por culpa dos caminhões exclusivamente, mas por um crescimento absoluto da frota de veículos de um modo geral, mas esses efeitos dos congestionamentos podem, sim, ser aos poucos minimizados com essas medidas. E por que a importância de isso ser regulamentado por lei? Para que se garanta a continuidade da aplicação dessas medidas, sem, é claro, desprestigiar ou desvalorizar qualquer medida administrativa que se faça nessa direção. Elas têm a sua validade e importância na mesma intensidade. Agora, tendo essa matéria regulamentação por lei municipal, ela se garante contínua, quando outros Governos, outras Administrações estejam aí à frente da Prefeitura Municipal.

Então, eu queria apenas fazer estas exposições. Referi aqui que, nesta discussão, diferente de outras tantas que já se travaram aqui, Ver. Cecchim, com relação a outros temas fundamentais da Cidade, como o Pontal do Estaleiro, como o Cais Mauá e outros, nós não queremos estabelecer aqui quem é a favor de não ter caminhão circulando nas ruas, ou de quem é a favor de manter os caminhões para que não prejudique o abastecimento da Cidade. Muito pelo contrário, nós queremos e comungamos todos do pensamento de que a Cidade precisa, mais do que nunca, de soluções imediatas enquanto as obras viárias não vêm, embora previstas em grande quantidade, até face à Copa de 2014, mas desejamos, sim, que até lá o nosso trânsito, a nossa circulação viária não continue estrangulada da maneira como está. Hoje é o tema dos caminhões, amanhã pode ser outro, e assim vamos construindo alternativas, Ver. Mario Fraga. Esta Casa também tem proposta sobre a circulação viária da Capital, tramitando desde a legislatura anterior, que versa sobre o rodízio das placas. Então, acredito que esse é um momento importante e adequado para Porto Alegre, a exemplo daquilo que já foi estabelecido em outras capitais, discutir e, na medida do possível, aplicar estas medidas.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Queria fazer uma saudação especial, Cappellari, ao seu assessor Pitol, que nos acompanha, de segunda a sexta, sem exceção; é um assessor que, entre todas as Secretarias, tenho certeza, é o mais assíduo aqui nesta Casa. Às vezes a gente fala em particular, mas em público também é bom fazer essa menção.

O Sr. Vanderlei Cappellari está com a palavra.

**O SR. VANDERLEI CAPPELLARI:** Boa-noite a todos, em especial ao Presidente Mario Fraga, os Vereadores aqui presentes. A EPTC tem a responsabilidade legal de fazer a gestão do planejamento, a sinalização, enfim, a mobilidade da nossa Cidade. Quando convidados pelo Prefeito Fortunati, assumimos uma postura de fazer e implantar projetos que possam realmente auxiliar a população de Porto Alegre no sentido de qualificar o transporte individual, o transporte coletivo – que é nossa prioridade, cada vez mais trabalhar em cima da qualificação do transporte de passageiros de massa – e também o transporte a pé, o pedestre, o ciclista, enfim, todos que, de uma forma ou outra, precisam das vias públicas da Cidade para circular.

Acho que é importante esta Casa debater mobilidade urbana, é fundamental, porque ninguém é dono da verdade, Ver. Mario Fraga. Nós, da EPTC, temos por obrigação desenvolver projetos que facilitem a vida das pessoas. Nunca trabalhamos para prejudicar a vida das pessoas que precisam da mobilidade da Cidade para atender a seus compromissos, para que a Cidade seja abastecida, para que todos sejam atendidos no seu direito de ir e vir, e temos obrigações legais a serem cumpridas: somos mediadores dos conflitos das pessoas. Como bem disse o Ver. André Carús, o nosso motorista, especialmente o motorista gaúcho, quando adentra no seu veículo, se transforma, fica agressivo, é desrespeitoso, na sua maioria, e nós temos a incumbência de gerir esse conflito e de fazer com que o respeito mútuo seja imperativo na Cidade.

Tivemos uma experiência rica em termos de negociação, de participação, que foi o processo que estabelecemos, por orientação do Prefeito Fortunati, junto à categoria dos transportadores de cargas aqui da Capital, que respeitamos muito, eles abastecem a nossa Cidade, têm grande responsabilidade aqui na Cidade: desde setembro do ano passado, desenvolvemos uma negociação, um debate aberto, franco, para que a gente

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

pudesse, então, chegar a um denominador comum do que seria importante para a Cidade e que mantivesse o trabalho e a responsabilidade dos transportadores ao abastecer a área do Centro Histórico. Foi um processo tranquilo, no qual todos, tanto o Sindilojas, como o SETCERGS, Associação do Porto Seco, entre outros que participaram, transportadores de grandes companhias, durante esse processo de debate, chegamos a um acordo importante, o de preservar o Centro Histórico da Capital, mas também de se manter o serviço de entrega e retirada de mercadorias dessa área tão importante do Centro. Mantivemos, então, veículos com tamanho máximo de 7 metros, com tonelage máxima de 10, entre 7h e 19h, de segunda a sexta-feira, e sábado das 7h às 14h. E, fora desses horários, ou seja, das 19h até às 7h da manhã, uma carga máxima de até 15 toneladas. No nosso entendimento, isso foi importante, Presidente Mario Fraga, porque é uma área bastante restrita, e todos os estudos que a gente fez dessa área demonstravam acidentes importantes que aconteceram nessa região e que trouxeram grande prejuízo para circulação da Capital – veículos de grande porte com carga perigosa acabaram gerando acidentes de grande monta nessa área. E com o entendimento da categoria, o desprendimento, a vontade de, realmente, fazer essa parceria com a Cidade, foi possível desenvolver um acordo com tranquilidade, sem traumas, sem prejuízos e com o tempo necessário de adaptação dessa categoria, para que se fizesse o transporte das áreas do Centro.

A gente respeita muito, Presidente, o que é debatido nesta Casa, e nós, da EPTC, nos valem muito do que esta Casa debate e demanda a nós em termos de informações, requerimentos e solicitações de estudos dos técnicos da EPTC no sentido de melhorar a circulação de vias locais e até de grandes avenidas ou de bairros inteiros, como normalmente vêm os pedidos desta Casa. Então nós achamos importante o debate dentro desta Casa quando interfere na mobilidade, quando dá subsídios para o gestor, que tem obrigação legal, para que a gente possa aplicar, às vezes, medidas lá dentro da EPTC.

Não gostaria de fazer um comentário específico sobre este Projeto, porque nós, da EPTC, por termos esse respeito a esta Casa, na hora exata seremos demandados a opinar sobre ele – até na hora em que o Prefeito nos demandar isso -, mas nós temos o olho permanente sobre a circulação da Cidade. A gente tem estudos técnicos sobre áreas importantes e sobre praticamente tudo o que acontece nesta Cidade, Presidente, especificamente nas vias importantes, como são a Av. Sertório, Av. Assis Brasil e outras,

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

que são, às vezes, rotas importantes de ligação para grandes depósitos de grandes empresas.

Estou aqui para ouvir, Presidente, estamos sempre abertos à discussão, para que a gente possa agregar e participar do debate da mobilidade da nossa Cidade. Por enquanto é isso. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado Diretor-Presidente da EPTC, sempre atento e um conhecedor da Cidade, com certeza, testemunho deste Vereador. Vamos passar a palavra, agora, ao representante do SETCERGS, o Sr. Gilberto da Costa Rodrigues.

**O SR. GILBERTO DA COSTA RODRIGUES:** Boa-noite a todos, inicialmente eu gostaria de agradecer essa oportunidade de nós podermos nos manifestar a respeito deste Projeto. E eu gostaria de informar a todos, para aqueles que não sabem, que o setor de serviços de transporte é o que tem o maior PIB e o maior número de empregados no setor de serviços. E, de alguma forma, nós já estamos um pouco cansados de, a todo momento, termos que lidar com projetos, com alterações de Resoluções do Contran e assim por diante, que, a cada momento, a cada dia, dificulta mais a nossa atividade.

Inicialmente, nós entendemos que a iniciativa deste Projeto é bem intencionada. Eu também sou usuário, sou motorista, utilizo o meu carro, e, como todos nós, também sofro com o nosso trânsito atual, com os engarrafamentos. Mas o que nós gostaríamos de saber é se existe algum estudo técnico que possa comprovar que através deste Projeto a sociedade será beneficiada e em quanto. Nós acreditamos que o bem maior sempre tem que prevalecer sobre o bem menor. Nós existimos não é por prazer, mas por uma exigência da sociedade. Tudo aquilo que nós utilizamos, usamos e consumimos chega através de caminhão. Não inventaram outro sistema, e não quero ser irônico, mas a alternativa seria utilizar helicóptero, por exemplo, coisa que seria, hoje, inviável economicamente, e que também, talvez, provocasse um engarrafamento aéreo.

O Vereador falou há pouco nos exemplos de São Paulo e Curitiba. O exemplo de São Paulo a gente conhece bastante e, ao contrário do que aconteceu há pouco com a EPTC, foi-nos empurrado goela abaixo um Projeto que é inócua, que não funciona, pela seguinte razão: a restrição lá, além dessa questão de horário, foi do tamanho do veículo. E criaram

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

o tal VUC, que é uma sigla para veículos pequenos que têm no máximo dois eixos simples. O que aconteceu na realidade foi o seguinte: os volumes de mercadorias não diminuíram porque se diminuiu o tamanho do caminhão. Em vez de um caminhão, começaram a ir dois ou três no lugar desse. E aí a gente se pergunta se existiu algum estudo técnico que pudesse medir isso. O que é pior: um caminhão com mais de sete metros ou três caminhões de cinco metros? Esse é o ponto. Não só no que se refere a atrapalhar o trânsito, mas no que se refere ao consumo de combustível e outras coisas. Então, esse é o ponto que a gente coloca. Nós gostaríamos de ver esse estudo técnico que pudesse demonstrar que isso seria o melhor para a sociedade.

Deste Projeto nós não somos a favor por algumas razões simples. Quem conhece logística e transporte sabe que existe uma certa sincronia na distribuição e na coleta das mercadorias, mas, ao mesmo tempo, existe um caos generalizado, porque, na vida, parece que tem mais forças que conspiram para que as coisas não deem certo do que para que as coisas deem certo.

Nós temos milhares de caminhões circulando pela cidade de Porto Alegre, por todas as vias. Utilizam-se as vias principais por razões óbvias. Se nós proibirmos o trânsito durante esses horários, o que vai acontecer? Os caminhões terão que utilizar as vias secundárias que não tem condições, que não estão preparadas para serem utilizadas. Bom, se não houver via secundária, o que o caminhão tem que fazer? Ele tem que parar. Vai parar onde, se nós não temos lugar para estacionar os caminhões? E, além dessa questão, o que atrapalha mais: um caminhão parado ou um caminhão circulando? Existe toda uma questão que também é importante para quem conhece logística e sabe. Hoje o sistema todo – entre nós, que somos os prestadores de serviço, e o tomador de serviços, que são as redes de supermercados, o comércio, a indústria, etc. – está agendado, tudo está planejado. Para nós, isso significa desarrumar alguma coisa que bem ou mal está funcionando. É mais um fator que nós vamos estar incluindo aí para piorar as coisas. Se nós tirarmos de circulação esses caminhões, além da alternativa de terem que parar e usar vias secundárias, nós acreditamos que, com o tempo, o que vai acontecer é que vai haver uma concentração muito grande, logo após esse período, de caminhões no nosso trânsito. E aí o que acontece? Por isso era interessante haver um estudo para saber o que vai acontecer com aquelas pessoas que costumam ter um acesso melhor fora desse horário de pico. Esta é a pergunta que a gente coloca também.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Então, acho que nós precisaríamos – e para isso nós nos colocamos à disposição -, talvez, estudar melhor esse assunto; e a gente está disponível para isso, da mesma forma que nós fizemos com a EPTC. E eu queria cumprimentar a iniciativa que houve, porque, ao contrário do que já aconteceu desde a existência do SETCERGS, e ninguém tem notícia disso, sempre nos foi empurrado goela abaixo. E, muitas vezes, eu diria assim – isso não é nada pessoal ao Vereador aqui –, parece que algumas pessoas, alguns políticos até bem-intencionados, têm para si o poder de achar que sabem muito, e acho que deve haver um pouco de humildade na hora de pelo menos ouvir a outra parte que está envolvida nisto aqui, para saber que talvez a gente não concorde dessa forma, mas teremos outras alternativas. Nós também temos interesse, como tivemos com a EPTC agora, de chegar a um ponto que seja consenso, que seja interessante para todos, porque, assim como existem essas restrições todas, existem algumas coisas que são exceções. Há muitas exceções que serão avaliadas pelos técnicos da EPTC e que foram colocadas na Mesa. O que não achamos razoável é pura e simplesmente criar uma regra do tipo assim: o caminhão atrapalha, e nós vamos melhorar a vida da sociedade, tirando-os de circulação. Acho que isso é um grande engano, a não ser que alguém me comprove, que tenha um estudo técnico aí e experiências em outros locais em que a sociedade foi beneficiada por tudo isso. Obrigado novamente pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Sr. Gilberto, pela participação.

Quero fazer uma saudação especial ao Ver. Sebastião Melo, que já foi Presidente desta Casa, por dois mandatos consecutivos, e eu tive a honra de ser o Diretor da Casa na sua gestão.

Temos aqui o Ver. Bernardino, o Ver. João Carlos Nedel e o Ver. Idenir Cecchim. Temos três inscritos e os três Vereadores. Vamos decidir como as pessoas vão falar. Intercalados? (Pausa.)

O Sr. Daniel Kieling, da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Lindóia, está com a palavra.

**O SR. DANIEL KIELING:** Boa-noite a todos. Saúdo o Ver. Mario Fraga, presidindo esta Audiência Pública. Faço uma saudação muito especial ao Ver. André Carús que prontamente atendeu à solicitação da nossa Associação, e que debateu, durante muito

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

tempo, este tema. Saúdo também o Ver. Cecchim, o Ver. Bernardino, o Ver. João Carlos Nedel; o Eduino, do Conselho do Plano Diretor; e o representante do SETCERGS.

Ver. Mario Fraga, cidades só são cidades – e eu aprendi isto em um Fórum aqui, organizado por esta Câmara de Vereadores, o “Porto Alegre uma Visão de Futuro” – se tiverem regras. E essas regras significam, muitas vezes, contrariar interesses. A regra tem que ser a melhor e o maior consenso para beneficiar os cidadãos da Cidade.

Quando eu acessei o *site* da Prefeitura de São Paulo, vi que nele dizia que muitos transportadores da cidade de São Paulo passaram a economizar no seu frete ao abastecer durante a noite, quando os trajetos para os seus caminhões estão liberados, quando os trajetos para os seus caminhões ficam mais eficientes; a carga e descarga são muito mais rápidas no período da noite. Quando a gente afirma que avenidas como a Sertório estão sobrecarregadas de caminhões, é porque lá está o centro de distribuição da Walmart, lá está o centro de distribuição do Zaffari. O Governo Federal, há 20 anos, promete o Acesso Norte para o Porto Seco. Onde está a obra do Acesso Norte? Os caminhões são obrigados a cruzar a nossa Cidade, porque, há 20 anos, o Governo Federal promete, promete e promete o Acesso Norte, e eu nunca vi sequer a concepção desse projeto.

Então, quando a gente apresenta este Projeto ao Ver. André Carús, significa a menor regulamentação do Brasil. Todas as outras cidades do País, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Diadema, regulamentam durante um período muito maior. A nossa intenção é beneficiar o trabalhador da Cidade, o estudante, o usuário do transporte coletivo, o motorista que está indo para o seu trabalho, que está indo para o seu local de estudo, porque esse cidadão da Cidade, que contribui com seus impostos – caro Cappellari, tu não eras o Presidente da EPTC na época, quando a gente começou este debate, então, queria saudar inclusive a tua iniciativa de estar recebendo este debate -, tem que ficar esperando do Legislativo uma ação. Ao contrário do que, corajosamente, fez a cidade de São Paulo, onde o CET, um órgão da Prefeitura, a Companhia de Engenharia de Tráfego, encampou a ideia em defesa do seu cidadão. E não venha me dizer que o trânsito de São Paulo não melhorou! Eu circulo no Centro de São Paulo! O trânsito, no Centro de São Paulo, melhorou, sim. Quem circula em Curitiba, melhorou também! Pode não ter melhorado para quem transporta; pode ter quatro caminhões, mas para quem anda no seu veículo, rumo ao seu trabalho, ah, melhorou sim. E aí eu vejo motoristas perdendo

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

completamente a ... (Ininteligível.) na cidade de Porto Alegre, atropelando pessoas que andam de bicicleta. Por quê? Porque os congestionamentos, na nossa Cidade, estão se tornando insuportáveis! Porto Alegre vai parar! Ou a gente estabelece regras e uma regulamentação para todo o transporte de cargas, para o transporte coletivo; eu não consigo entender o corredor da Av. Sertório, porque, além de não passar ônibus, passa ônibus no lado de fora. E aí nós temos duas pistas, numa está um ônibus, na outra está um caminhão, e a Cidade inteira parada atrás dos dois. É disso que eu estou falando; é da vida real. Eu não estou falando aqui de números, de dados, de estatísticas, de estudos técnicos. Eu não preciso de estudo técnico para saber que a Av. Sertório congestionada de uma ponta até a outra no horário de pico. Por quê? Pena que eu não tenho aqui o PowerPoint, eu cheguei a bater foto, andando com o meu carro.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Para concluir, Daniel.

**O SR. DANIEL KIELING:** Só um segundo, Vereador. Eu cheguei a bater foto de seis caminhões enfileirados na avenida; seis caminhões trancando a avenida às oito e meia da manhã. Se mudar isso não é gerar qualidade de vida para as pessoas da nossa Cidade, me desculpem, eu não sei o que é gerar qualidade de vida, eu não sei o que é defender a população da cidade de Porto Alegre, e eu acho que, então, a gente tem que debater isso de outra maneira, em outra forma, talvez defender a qualidade de vida, que as pessoas vivam harmoniosamente, que as pessoas vivam em paz, que elas possam ter um deslocamento para o seu trabalho, que elas possam ter direito a chegar até a sua escola, à sua universidade. Acho que defender qualidade de vida é defender a maioria das pessoas, é defender o povo, é defender o conjunto dos cidadãos da cidade de Porto Alegre. Quem não defende a qualidade de vida não defende as pessoas. Muito obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Daniel, pela sua participação. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, que tem cinco minutos na tribuna.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Ver. Mario Fraga, na presidência dos trabalhos; meu caro Secretário Cappellari; representante do SETCERGS; Ver. Carús, Vereadores Bernardino

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Vendruscolo do PMDB, João Carlos Nedel do PP, Sebastião Melo que foi atender um cidadão ali fora e já volta, do PMDB. Eu queria aproveitar, Ver. Mario Fraga, para saudar os Vereadores de Panambi, o Neudi José Colombo e o Germano Hinnah (Palmas.), que vieram assistir à nossa Audiência, bem-vindos, vocês são sempre convidados para estarem nesta Casa. Presentes que estão aqui para ouvir e debater esta Audiência, principalmente o nosso autor do Projeto, Ver. Carús, que, com sua juventude, também tem a sabedoria de assumir um Projeto apresentado pelo Kieling, mas, também, tem a moderação que o Kieling, às vezes, não tem, para não generalizar tudo.

Eu quero dizer que V. Exa. já foi vencedor nesse Projeto, Vereador. Nós, anteontem, à noite, eu estive com o Secretário Cappellari, com o SETCERGS, com a Associação do Porto Seco, assistindo a uma das coisas mais bonitas que se viu nesta Cidade, num assunto tão delicado quanto este, alias, este assunto. Quando V. Exa. falou do Centro Histórico, do que se está tratando no Centro Histórico, e que foi construído com a EPTC e os transportadores, o Sindilojas, o Fecomércio, todas as entidades envolvidas, acertou-se no diálogo: um pouquinho cedeu um, um pouquinho cedeu o outro. Eu entendi, nas suas entrelinhas e no seu discurso, que esse é o seu objetivo; esse é o seu objetivo.

No Projeto, diz que entra em vigor na data da publicação, quem sabe uma pequena mudança na regulamentação, quem sabe deixar para a EPTC estudar um pouquinho mais, sentar e ver com os transportadores do Porto Seco, porque eu estava escutando o Daniel Kieling, que tem uma impetuosidade, é inteligente, mas ele reclamou da obra do acesso Norte e culpou o transportador. Não é o transportador o culpado! É o Governo que não fez o acesso Norte. Nós não temos estacionamento para colocar os caminhões quando eles chegam de manhã, Kieling. Pergunto: um caminhão que vem de Panambi, chega aqui no Laçador, onde é que ele vai ficar até chegar às 8h, até chegar às 9h30min? Onde ele vai parar? Ele vai trancar o trânsito antes de chegar, não vai conseguir passar ninguém, porque ele vai estar parado.

Então, tem muitas coisas que nós precisamos discutir. O que é que a EPTC vai fazer com o caminhão que chega às 8h na esquina da Av. Assis Brasil com a Rua Joaquim Silveira? Onde é que ele vai meter esse caminhão? Onde? Vai parar e vai trancar todo o trânsito. Então, não é tão simples assim.

Eu cumprimento o Ver. André Carús pelo momento de colocar isso, para colocar na discussão. E volto a afirmar: V. Exa. já ganhou com esse espírito de tentar regularizar, e

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

ganhou pelo bom-senso, pelo bom-senso dos transportadores, da EPTC, do Sindilojas, das pessoas, e quando a gente acerta no bom-senso, a gente atende a população, a gente atende a quem trabalha. Ou aqueles que trabalham com uma boleia não são trabalhadores? São! Eles também gostariam de andar mais rápido com os seus caminhões. Eles não querem trancar. Aqueles que estão trabalhando lá no centro de distribuição do Walmart, aqueles que trabalham no centro de distribuição do Zaffari, do Carrefour, do Tumelero, de toda aquela gente da Zona Norte, do Porto Seco que precisam andar pela Sertório. Nós temos uma empresa, Daniel Kieling, a Mercúrio, ou senhor quer que esta empresa saia de Porto Alegre e vá a Cachoeirinha pagar imposto lá?!

Nós estamos fazendo um esforço muito grande, o Ver. João Carlos Nedel é testemunha e também luta para mantermos mais transportadoras em Porto Alegre, porque transportadora, hoje, não só transporta; transportadora, primeiro, gera muito emprego, ela faz a logística de distribuição, e isso dá muito emprego, e emprego, neste momento de pleno emprego parece que é uma coisa que não... Mas o emprego, a “S. Exa. o emprego” tem um valor enorme; a “S. Exa. o emprego” tem que ser valorizado sempre.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Para concluir, Vereador.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** E, por isso, Ver. Mario Fraga, nós temos que atender aos trabalhadores, sim, como pede o Kieling, temos que atender à população, sim, mas temos que, primeiro de tudo, dar emprego para as pessoas que trabalham em Porto Alegre, e ter o bom-senso que teve a EPTC, os transportadores, o Sindilojas e o Ver. Carús que, com muita propriedade, colocou aqui o desejo de compartilhar as ideias e se acertar pelo diálogo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. que está aqui junto com a gente, hoje, desde as 9h da manhã quando nós tivemos a primeira reunião na Casa. Passo a palavra para o Sr. Jackson Santa Helena, que representa a Associação Porto Seco, que tem cinco minutos para discorrer sobre o assunto.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Boa-noite a todos, é um prazer estar nesta Casa novamente, eu gostaria só de registrar um equívoco que existe, um erro na proposição. A Resolução 146 do Contran não define tamanhos de caminhões, semirreboque, reboque. Ela trata dos equipamentos de verificação, os controladores, os famosos pardais que estão rodando dentro da Cidade. Ela institui isso. Só para ficar registrado.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Só para que fique claro, quero dizer que a proposição não se refere, em absoluto, sobre isso que tu estás dizendo.

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Então o Projeto está errado, Vereador.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Ou tu que está falando errado.

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Não.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Porque nós não estamos falando em... Nós não estamos referindo, em nenhum momento, a Resoluções do Contran ou coisas do gênero.

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Está aqui no Projeto de Lei: para os fins desta Lei, consideram-se veículos pesados os assim definidos na Resolução 146, de 27 de agosto de 2003 e alterações posteriores.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Mas fala nos tamanhos? Não especifica, não é?!

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Não. Não especifica.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Ah, então está bom. Não especifica.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Ver. André. Por gentileza, Sr. Jackson.

**O SR. JACKSON SANTA HELENA:** Então, nós já vínhamos discutindo juntamente com a EPTC e um Grupo de Trabalho formado para resolver essa questão, principalmente no

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Centro Histórico, que nos preocupa. Nós já vínhamos encaminhando isso muito bem. Entendemos também que a proposição do Vereador e do colega Daniel Kieling também é das melhores, porque nós também somos condutores de veículos particulares, mas nós gostaríamos de registrar que simplesmente proibir o trânsito de caminhões não resolve o problema.

Nós temos questões maiores que devem ser discutidas, como colocou muito bem o Daniel Kieling com relação ao acesso Norte. Estamos lá há mais de 20 anos, oferecemos em torno de três mil empregos diretos, gerados na Região, e somos obrigados a transitar em vilas. Nada contra as vilas, mas as vias das vilas não são preparadas para caminhões de 27 toneladas, como os que nós recebemos diariamente. Nós estamos falando de 400 mil caminhões circulando naquela Região do Porto Seco durante o ano. Isso não é pouco. Isso é muito, o tamanho é muito grande. Entendemos que o caminhão atrapalha não só no tamanho, pois se nós diminuirmos o tamanho do caminhão, ele também atrapalhará, porque nós vamos ter que fazer um número maior de viagens.

Já que existe um estudo técnico que foi realizado pela EPTC, nesse último período em que a gente conversou, justamente, nós gostaríamos que isso fosse revisto antes da aprovação dessa Lei.

E o Daniel colocou muito bem que, em São Paulo, o abastecimento noturno facilita, só que, em Porto Alegre, caro Daniel, existe uma diferença muito grande: os grandes centros, como Zaffari, Walmart e outros, em São Paulo, não tem problema. O problema é que nós esbarramos nos pequenos comércios, como em Porto Alegre existe. Como é que aquele cidadão que trabalha com a sua família, num pequeno comércio, em Porto Alegre, vai receber a mercadoria de noite, por exemplo? O abastecimento noturno é ideal para muitas cidades; para Porto Alegre nós entendemos que ainda não, precisamos desenvolver um pouco mais isso.

Enfim, o prejuízo viário que nós causamos andando com caminhões em vias locais é muito maior do que nas vias arteriais. Então nós entendemos isso também.

Convido o Daniel a conhecer o projeto do Acesso Norte, pois ele existe, de fato, embora nós tenhamos brigado inclusive para localizá-lo dentro do Município, mas nós já o temos. E eu te convido para fazer uma visita à Associação para conhecer e te engajar junto nessa proposição, porque eu percebo, pela tua fala, que existe bastante interesse no acesso também.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Enfim, é isso. Eu agradeço a todos, parablenizo o Vereador, e entendo também que já houve uma vitória, porque só o fato de nós estarmos discutindo isso publicamente já é uma vitória. Muito obrigado e uma boa-noite.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Sr. Jackson. O próximo Vereador inscrito é o Ver. João Carlos Nedel. V. Exa. tem cinco minutos para usar a tribuna.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente, Ver. Mario Fraga, primeiramente eu queria fazer um alerta aos meus colegas Vereadores, Cecchim, Bernardino, André e Mario. Este é um assunto muito importante, e nós estamos usando pouco tempo para discutir um assunto muito importante; não somente hoje, mas em todos os dias nesta Casa, e, muitas vezes, Ver. Mario Fraga, nós ficamos aqui discutindo o “sexo dos anjos”, e os problemas da Cidade nós deixamos de lado, e como temos problemas...

Kieling, te espero daqui a dois anos, mas isso é importante. Nós falamos aqui do Acesso Norte, Porto Seco. Não são 20 anos; há mais de 30 anos que está lá o Porto Seco. E por falta de investimento, por falta de cuidados com o Porto Seco, nós estamos perdendo para Canoas, para Cachoeirinha, perdendo imposto, perdendo Receita e deixando aqui o desemprego. Portanto, Ver. Carús, V. Exa. trouxe um assunto importantíssimo para a Cidade debater: o Porto Seco. Estive agora, segunda-feira, com o Ministro, tive a honra de ser convidado pelo Prefeito, porque já estive em Brasília vendo o assunto da verba para a construção do Acesso Norte. Temos um problema: a Prefeitura quase não tem mais espaço para financiamento; então, o Prefeito priorizou com recursos do Tesouro da União, ou seja, priorizou a fundo perdido, porque só da Copa vão ficar devendo mais 700 milhões de reais, e hoje, Kieling, já falta dinheiro no Orçamento normal. Agora, se agregam mais 700 milhões para pagar a longo prazo. Mas, se já falta hoje, vai faltar no futuro. Então, nós temos que ter muito cuidado com isso.

Mas, Vereador, eu dei o Parecer contrário, porque a minha Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul quer o desenvolvimento da Cidade; ela quer olhar para frente, tem que tomar muito cuidado para não trancar o desenvolvimento da nossa Cidade. O mérito de V. Exa. é muito importante, mas acho que uma lei engessa muitas decisões da EPTC, que vive diariamente o trânsito. Eu confesso a minha ignorância em trânsito, porque fui ali pesquisar e vi o quanto pouco sei de trânsito.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Eu queria dizer aos senhores que o Ver. Carús não está propondo proibir o trânsito de caminhões na Cidade: ele está propondo que só nas horas de pico, das 8h às 9h30min, e das 17h30min até às 19h sejam proibidos caminhões pesados em toda a Cidade.

Eu coloquei no meu Parecer que a EPTC estava dialogando com os setores referentes ao transporte da nossa Capital, e esse diálogo chegou a uma conclusão, a um acordo feito somente para o Centro Histórico, que, realmente, é o maior problema da nossa Cidade. Então, esse acordo está fechado, está funcionando, e o trânsito já deu uma melhorada. Então, eu acho que para toda a Cidade ainda é um pouco cedo, Ver. André Carús – na minha opinião -, e acho também que há algumas dificuldades, vamos dizer, técnicas, no seu projeto; V. Exa. proíbe a circulação de veículos pesados nas vias urbanas arteriais. Só nas arteriais é que está proibido nesse horário. Então, veja, nas vias de trânsito rápido, ele não proíbe; nas vias coletoras, mais estreitas, também não proíbe, onde justamente os caminhões terão dificuldade de circular; e, nas vias locais, que são praticamente usadas pela população local, também não é proibido.

Então, vejam, nós temos, realmente, coisas importantes a tratar e que estão sendo relegadas. Esse projeto do Acesso Norte está lá desde fevereiro de 2009; eu tenho os protocolos lá; estive em Brasília, conversando com o Sr. Ministro – que é do meu Partido -, é uma vergonha, o pessoal diz: “Apresenta o projeto que dinheiro tem”. Não é verdade, está desde 2009, e não vem. A Prefeitura não tem recursos para bancar, e a Prefeitura concorda em dar uma contrapartida de 20%. O projeto é de 30 milhões de reais, contando com a desapropriação ali de uma vila, a contrapartida do Município é de R\$ 6 milhões, e a Prefeitura concorda em botar o dinheiro.

Nós temos ainda, sobre trânsito, Cappellari, que cuidar de alargar as vias. Nós temos vias que podem ser alargadas, e não estão fazendo nada; nós temos vias que têm que ser concluídas, e não estamos fazendo; nós temos, realmente, que construir novas avenidas. A Cidade cresce, e as ruas permanecem estáticas, ou seja, atrasadas.

Então, senhores, muito obrigado por me ouvirem. Eu acho que o acordo feito pela EPTC com os órgãos está adequado. Acho que é um pouco cedo para uma lei que, talvez, engesse o trânsito da nossa Capital. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Vereador. O Sr. Eduino de Mattos, que representa o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, está com a palavra.

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

**O SR. EDUINO DE MATTOS:** Também quero dizer aos senhores que sou Conselheiro do Plano Diretor da Capital; Ver. Mario Fraga, eu fui viajante técnico por 24 anos, no Cone Sul – entre Paraná, Argentina e Uruguai –, então eu conheço muito bem o que está se falando aqui. Este plenário deveria estar cheio, acho que foi pouco divulgada esta Audiência Pública, porque esse é um tema gritante em Porto Alegre, que tem que ser debatido.

Eu vim de transporte coletivo, porque não venho mais ao Centro de veículo próprio, não tem como. Vocês sabem quanto tempo levou o ônibus que veio pelo corredor, eu moro a 11 quilômetros daqui? Ele fez uma média de 6 quilômetros por hora, no corredor; se pegar um coletivo, pela Av. Ipiranga, numa segunda-feira, serão 4 quilômetros por hora. Não há mais quem aguarde esse tipo de coisa! Pessoal, isso aqui todo mundo sabe o que é – aqui morreu um parente meu lá de Salto. Estou mostrando isso a vocês, porque somos hoje escravos do rodoviarismo: de caminhões que pagam os pedágios nestas estradas, cujo preço é embutido nos nossos alimentos, na nossa cesta básica. Nós não poderíamos vir aqui com um discurso, com todo o respeito ao Diretor do SETCERGS, que diz: ou por caminhão, ou por helicóptero. Nós temos opção de modalidade, sim, nós temos um porto, encostado, aqui, que está desativado; nós temos possibilidades de ter transporte por trem, que dá 60 por 1 ao rodoviarismo. Então o senhor não pode vir falar aqui este tipo de coisa para as pessoas que sabem o que está acontecendo no Brasil, não em Porto Alegre. O que falta em Porto Alegre, que é uma Cidade que foi fundada na época colonial, que não tem planejamento e que deveria ter. Esta Casa também é responsável por isso. Porto Alegre deveria ter um plano estratégico de longo período. Nós não temos opção de modalidade. Eu poderia ter vindo com a minha bicicleta, mas, sabem por que eu não venho, pessoal? Porque eu poderia não chegar aqui, eu poderia estar morto na Avenida Ipiranga. Nós não temos segurança para isso. Tem uma Ciclovia, Ver. Mario Fraga, autorizada e aprovada no Plano Diretor, a 1ª Ciclovia de Porto Alegre, entre o Anfiteatro Pôr do Sol e o Campus do Vale, 12,8 km. Ela está parada, porque a Prefeitura de Porto Alegre, o Executivo não coloca em prática; inclusive, tem as contrapartidas para essa Ciclovia, até a Cristiano Fischer. Por que isso não anda?

Então, pessoal, o problema de Porto Alegre é que a EPTC – o Cappellari está aqui, ele vai branquear o cabelo na EPTC, mais do que está – não tem estrutura para fazer mais

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

---

essa empreitada, isso eu garanto. Porque a EPTC cumpre ordens, cumpre leis, e eles quase não têm estrutura para manter o trânsito que está aí.

Agora, tem que ser resolvido isso aí. Parabéns ao projeto do André Carús. Esse paliativo tem que ser aprovado por esta Casa. É um paliativo, sim; agora, nós temos que dar início nesses paliativos.

O Ver. Cecchim defendeu a questão do comércio, que gera emprego; tem muita coisa Vereador que gera emprego; tem a venda de *crack* que gera emprego também, lá no morro. Então, nós não podemos chegar nesse pé. Tem muita coisa que gera emprego, sim, mas tem que ter modalidade certa. Não é entupindo as ruas de caminhões, como um caminhão que entrou numa rua do meu bairro, e eu fiquei dois dias sem energia elétrica e uma semana sem telefone, porque arrebentou todos os cabos, nessas maçarocas de fios que tem em Porto Alegre. Então, nós temos muita coisa a ver nessa Cidade, não é só a questão de modalidade ou gerar emprego. Tem que gerar emprego na coisa certa. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Sr. Eduino pela participação. O último Vereador inscrito é o Ver. Bernardino Vendruscolo. V. Exa. tem cinco minutos e poderá solicitar mais um.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Mario Manfro; Sr. Diretor Presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari; (Pausa.) Presidente dos trabalhos, Ver. Mario Fraga; Sr. Gilberto da Costa Rodrigues, representante da SETCERGS; Ver. André Carús, proponente dessa Audiência; Srs. Vereadores, senhores e senhoras, essa troca do seu nome, Ver. Mario Fraga, vai render algum comentário do Sr. Pitol, com certeza absoluta; aliás, aqui já fizeram um registro, e é verdade, Secretário Cappellari; o Pitol, já no período do outro Secretário, aquele que era Professor, ele, além de ser o representante aqui no que diz respeito aos assuntos de trânsito, também é o nosso representante indígena, também trata dos assuntos dos indígenas aqui de Porto Alegre. Bem, Carús, meu colega Vereador, quero iniciar te cumprimentando por permitir que se faça esta discussão. Evidentemente que o problema existe. Não tem como não aceitar essa idéia de que algo precisa ser feito, até para amenizar, nem que seja por um tempo, e eu convido o Gilberto, que representa a entidade, porque, na verdade, nós acabamos

---

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

cobrando esses regramentos de trânsito da Empresa Pública de Transporte e Circulação, que é a EPTC, e vocês, lá, sempre que fazem esses estudos, chamam as entidades, e, com certeza, se já não chamaram, vão acabar chamando a SETCERGS para discutir o assunto.

Mas eu estava imaginando: aqui se falou que não adianta reduzir o tamanho do caminhão e aumentar a quantidade de caminhões e tal, esse negócio todo. Com certeza absoluta, um caminhão grande, por exemplo, não pode subir a Rua Dr. Flores e dobrar à esquerda na Rua dos Andradas, e o culpado disso não é o caminhão, não somos nós; talvez o Sepúlveda Pertence, quando criaram Porto Alegre. Tem algumas ruas que, evidentemente, é possível alargar; agora, outras não têm como. Então, é um problema muito sério, o que eu lamento, profundamente. E aí eu faço uma crítica veemente – já fiz aqui em outra oportunidade; agora parei, porque eu tenho uma esperança muito grande no seu trabalho, e, aliás, o senhor vem fazendo, Secretário Cappellari, coisa que o outro não fazia – o outro lecionava.

Quero reclamar aqui da Av. Sertório. O Centro é o Centro Histórico, o nome já diz tudo: duzentos e trinta e tantos anos; agora, a Av. Sertório é recente. Os senhores – não sei se conhecem a Av. Sertório – sabem do que nós estamos falando. Na Av. Sertório, conseguiram fazer um corredor de ônibus que atende um ônibus; os demais disputam a pista de rolamento com os demais automóveis; então, não tem sentido. Aí é brabo! Aí é brabo!

Então, eu fico, com certeza, imaginando, Ver. Carús, que o senhor mexe com interesses quando faz uma proposta dessa natureza; tem uns que são contra e outros a favor.

Eu quero citar como exemplo aqui, Ver. Carús, a abertura da Ramiro Barcelos com a Protásio Alves. Eu sou Vereador nesta Casa desde 2005, e eu vinha batendo, batendo, pedindo, implorando, fazendo discursos aqui, os mais simpáticos, educados possíveis, esperando uma solução; e eu estou lhe falando para lhe dar como exemplo que tem demandas que nós, Vereadores, enfrentamos, e que nós, com certeza absoluta, se formos olhar o lado do reconhecimento do voto popular, ele não vem, mas nós temos a obrigação de fazer o melhor para a sociedade. Aquele assunto da Ramiro Barcelos, se um dia eu concorrer de novo, os que estão sendo beneficiados hoje não vão lembrar de mim; agora, os moradores de lá vão lembrar; semanalmente recebo um *e-mail* reclamando. Claro, eles não estavam acostumados com aquele barulho de automóveis;

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

eles estavam acostumados com estacionamento na frente de casa; agora, praticamente, até para atender o objetivo da abertura, tiveram que liberar, mas, com certeza, Secretário Cappellari, a Cidade melhorou no que diz respeito ao trânsito. É a única via, que praticamente atravessa a Cidade e larga lá na Castelo Branco.

Então, Ver. Carús, citando isso como exemplo, esta proposta que o senhor traz mexe com interesses de quem é contra e de quem é a favor, e, muitas vezes, os que são a favor têm memória curta, na sua grande maioria, e os que são contra acabam tendo uma memória mais marcante, vamos dizer assim. Eu quero cumprimentá-lo por ter tido a coragem de trazer este assunto para debate. De qualquer sorte, eu finalizo, Presidente, dizendo que eu confio muito – vou repetir – no trabalho da EPTC, até porque vem fazendo, não é porque imagino que possa fazer. É porque vem fazendo. Nós temos feito debates aqui, e o que me leva até a confundir, a trocar o nome do meu colega Mario Fraga, é porque nós estamos aqui quase que 24 horas por dia, falando até de CPI para não puxar demais para o assunto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo. É verdade, os Vereadores estão aqui na Casa, hoje, desde as 9h; hoje foi um dia atípico, tivemos duas reuniões da CPI; tivemos um tema, na tarde da quinta-feira, sobre a Copa do Mundo, as obras viárias, que também foi muito importante para esta Casa. Vamos passar a palavra para o Ver. André Carús, para as suas conclusões finais.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Bom, primeiramente, ouvindo as manifestações, queria fazer um agradecimento especial ao Ver. Mario Fraga, que presidiu os trabalhos, e, também, à Diretoria Legislativa desta Casa, que foi muito prestimosa e atendeu com muita eficiência algumas entidades e convidados que selecionamos e pedimos que fossem instadas a participar deste debate.

Pena, Ver. Cecchim, é que nós, ainda que proponentes do Projeto, ficássemos sabendo da realização da Audiência na sexta-feira da semana passada, e na condição de Chefe de Gabinete do Secretário Adjunto da SMAM, uma vez que o Secretário Luiz Fernando Záchia foi convidado. Eu soube dessa forma da realização da Audiência. Mas, ainda sim, fizemos, graças ao apoio permanente da Diretoria Legislativa, que prontamente atendeu às nossas solicitações, o que não ocorreu com a presidência desta Casa. De qualquer

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

forma, eu queria apenas fazer uma colocação, primeiro, sobre a fala do nosso companheiro da Associação do Porto Seco. Ele colocou muito bem a necessidade de ampliarmos essa questão do diálogo. Esta Audiência Pública foi requerida em dezembro do ano passado; o Projeto já estando em Ordem do Dia, a lógica determina que ele não demandasse mais nenhuma espécie de discussão. Mas, até no espírito daquilo que vem sendo adotado pelo Poder Executivo, através da EPTC, e pela importância do tema, nós, de maneira alguma vamos abrir mão do diálogo, de forma alguma, até para que correções, aperfeiçoamentos e novas interpretações acerca do tema possam servir como contribuição, e, quem sabe, num futuro muito distante, ainda dentro deste ano, possamos evoluir para uma proposta que contemple esses interesses favoráveis e contrários. Então, te cumprimento, acho que foi muito bom tu ressaltares isso na tua manifestação.

Acho que os Vereadores também caminham nessa direção; a própria EPTC; o Daniel Kieling, muito antes da apresentação do Projeto na Casa, lá na Zona Norte, que é uma região penalizada por essa problemática dos congestionamentos, iniciou essa discussão; antes mesmo de o Projeto vir aqui a público, já vinha sendo debatido lá sob a liderança da Amal; e o Ver. Cecchim, que, desde o princípio, quando protocolamos o Projeto, sendo colegas de Partido, inclusive, com muita transparência, colocou a sua posição. Nós temos posições diferentes sobre o tema, mas temos posição idêntica quanto à necessidade do diálogo, que ele se estabeleça. Não fosse o diálogo implantado e protagonizado pela EPTC com o próprio SETECERGS, nós não teríamos agora, ainda no semestre, a limitação no Centro. E acredito que vamos evoluir para isso.

Quero apenas aqui fazer, com muito respeito às colocações do Diretor do SETECERGS, uma colocação muito objetiva: aquilo que é proposto por um Parlamento jamais pode ser considerado como imposição goela abaixo; muito pelo contrário, a representação legítima da sociedade é neste Parlamento. E os representantes que aqui estão foram eleitos e escolhidos pelo povo para aqui representá-lo. Então, eu não posso imaginar que a entidade que certamente vai protagonizar um diálogo dessa envergadura interprete uma proposta dessa forma – está havendo uma Audiência Pública, a matéria enfrentou o exame das Comissões, virá a Plenário, e cujo proponente, em conjunto com os demais Vereadores da Casa, tem abertura absoluta para o diálogo -, interprete isso como goela abaixo. Tampouco se pode imaginar que a alternativa para que não se limite caminhões transitando em vias arteriais ou que não se construam outras alternativas seja a compra

---

pág. 24

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

ou a aquisição de helicópteros. Então, vamos sugerir que o Governo Federal lance uma nova linha: “Meu Helicóptero, Minha Vida”, como tem para a casa própria. Nós temos que enfrentar isso com sinceridade. E não é da minha formação imaginar, como foi colocado aqui por V. Sa., que os políticos às vezes achem que sabem mais do que os outros. Não, nós estamos no nosso limite, no limite da nossa legitimidade democrática de propor melhorias para a Cidade. Fosse apenas uma ação eleitoreira, certamente esta proposta jamais seria apresentada por nenhum Vereador, pois é uma proposta que contraria grandes interesses. E muitas vezes interesses até de setores que contribuem e muito com campanhas eleitorais. Então, não é uma proposta eleitoreira, de maneira alguma: é uma proposta que abre um debate. Então, nós temos aqui uma responsabilidade muito grande com este tema, e eu tenho muita expectativa na posição do SETCERGS, ainda que ela seja absolutamente contrária. Mas eu não imagino que o SETCERGS vá se furtar de fazer um debate extensivo a toda a Cidade, uma vez que já o fez no que diz respeito ao Centro Histórico.

Então, agradeço a participação de todos, estamos abertos e vamos construir soluções para a Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** O Sr. Gilberto está com a palavra.

**O SR. GILBERTO DA COSTA RODRIGUES:** Bem, só para salientar que, nessa expressão que utilizei, “colocou goela abaixo”, eu estava me referindo a São Paulo, ao contrário do que está acontecendo em Porto Alegre. Não houve qualquer referência quanto a isso, mesmo porque eu estou aqui, agora, tendo oportunidade de me manifestar a respeito. Então, que não fique essa impressão, porque não foi esse o sentido.

Quanto a essa questão do helicóptero, eu também deixei claro que não se tratava de nenhuma ironia. Ao contrário do que o nosso amigo fala, em multimodalidade, que poderíamos utilizar o trem, barcos e navios para fazer a distribuição na cidade de Porto Alegre, isso seria totalmente inviável, o único meio seria helicóptero mesmo, não tem nenhuma ironia nisso. O que eu quis dizer com isso é o seguinte: não tem jeito, nós vamos ter que continuar transportando as mercadorias via caminhão, porque não há qualquer outro meio disponível – e não seria o ferroviário, muito menos o marítimo ou fluvial. Na verdade, nós não temos como construir ferrovias em todas as ruas de Porto

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Alegre, muito menos abrir canais para os navios navegarem. Então, que não fique essa imagem, porque em momento algum tive a intenção – gostaria de ressaltar -, eu só quis chamar a atenção de que não existe outro meio, o meio é o caminhão. É a nossa atividade e nós não temos caminhão por prazer, nós precisamos do serviço para a sociedade. Esse é o ponto.

Eu, no início – e você deve lembrar muito bem, Vereador -, ressaltai que nós entendemos que a sua intenção é ótima, mas eu acho que, desculpe, de logística e transporte, nós é que entendemos. E como a gente entende muito, e também entendemos que a sociedade merece circular e temos a obrigação de colaborar no sentido de causar o menos transtorno possível, gostaríamos de até tentar colocar as consequências, como eu fiz agora: ao proibir o trânsito desses caminhões, nós vamos colocá-los onde? Essa é a pergunta básica. E há uma outra questão: quando se fala “estacione em algum lugar”, como foi bem colocado aqui, quem garante a segurança dessa gente? Se vocês soubessem hoje o risco que nós corremos, e os valores absurdos que se gasta com gerenciamento de risco, que significa rastreador por satélite, escolta, enfim, é um risco imenso deixar qualquer caminhão parado na rua, porque, mesmo no Centro, para vocês terem uma ideia, sempre precisa ter três pessoas, o motorista e ajudantes, para que não roubem a mercadoria, mesmo o caminhão estando trancado.

Então, que não fique essa imagem, desculpe se pareceu, mas não foi nunca a minha intenção ser irônico, eu só quis deixar claro que nós achamos que existem problemas que precisam ser resolvidos e estamos totalmente à disposição para conversar e esgotar esse assunto, como fizemos com a EPTC há pouco tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Fraga):** Obrigado, Sr. Gilberto. Foram esclarecedoras as duas últimas falas. Nós, antes de encerrar, queremos agradecer em especial aos funcionários da Casa, as taquígrafas, a sonorização, a segurança; também aos Diretores Luiz Afonso e Valeska, pela assistência; agradecer mais uma vez ao Diretor-Presidente Vanderlei Cappellari; Sr. Gilberto, do SETCERGS; Ver. André Carús – parabéns pela coragem, pelo enfrentamento! -, e quero dizer que todos terão oportunidade de discutir, através dos seus representantes, como falou o Ver. André Carús. Todos aqui têm os seus representantes, e chegará o momento em que os Vereadores discutirão este Projeto.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Audiência Pública 17MAR2011

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as limitações do transporte de caminhões e veículos pesados, nos horários de pico, no município de Porto Alegre.

Todos os atos foram gravados, taquigrafados e estarão à disposição de todos os presentes, das associações, Secretário, SETCERGS.

Agradecemos, desejamos uma boa-noite a todos, até amanhã. Encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h44min.)